

MOSTEIRO DE ODIVELAS: DOCUMENTOS FUNDACIONAIS 1295-1325. ODIVELAS: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, MOSTEIRO DE ODIVELAS, 2021

MARCELLA LOPES GUIMARÃES *
marcella974@gmail.com

Publicado e lançado em 2021 pelo município de Odivelas, a obra *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais* reúne frutos de uma mudança substantiva da relação entre uma cidade e seu patrimônio histórico, mais particularmente, entre a cidade do distrito de Lisboa e o Mosteiro de São Dinis e São Bernardo. Em 2019, ocorreu a cedência da gestão desse monumento para o município e a partir daí começaram a ser mobilizadas diversas ações, dentre as quais as que a obra dá notícia. A obra é dividida em três partes: a primeira conta com três estudos, a segunda com a transcrição e tradução de “todos os documentos régios de D. Dinis, conhecidos até ao momento, relativos à fundação e institucionalização da abadia cisterciense”¹, aos quais se juntaram “algumas outras cartas particulares que elucidam ações do rei fundador em prol do mosteiro”², e a terceira compreende fac-símiles de documentos transcritos e traduzidos. Os estudos são da autoria dos professores e investigadores³: Saul António Gomes (Universidade de Coimbra), Coordenador Científico da obra e também autor do prefácio; Luiz Miguel Rêpas (IEM e Centro de História da Sociedade e da Cultura – FLUC) e João Fresco (Grupo de Trabalho para a criação do Centro Interpretativo do Mosteiro de Odivelas, Câmara Municipal de Odivelas). A obra ainda conta com um “Pórtico” da autoria do Sr. Hugo Martins, presidente da Câmara Municipal, na altura da elaboração da obra, e um prefácio do Professor Hermenegildo Fernandes (Universidade de Lisboa), Coordenador Científico do projeto de estudo do Mosteiro de Odivelas. Esses dois breves textos demarcam os dois momentos da relação entre o município de Odivelas e o Mosteiro de São Dinis e São

* Doutorado em História pela Universidade Federal do Paraná e Mestrado em Letras (Letras Vernáculas) pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora Associada 4 da Universidade Federal do Paraná. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Medieval, atuando principalmente nos seguintes temas: Península Ibérica, França, literatura trovadoresca, literatura portuguesa e crítica literária.

Bolsista Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq.

¹ A declaração foi feita pelo Prof. Saul António Gomes, em 10 de maio de 2024, como resposta à mensagem enviada para esclarecimento sobre o corpus documental que a obra reúne.

² Conteúdo da mesma mensagem referida acima.

³ As referências de cada estudo serão feitas a partir do último sobrenome dos autores, com a data de 2021, em que se deu a publicação da obra, e a página.

Bernardo: antes da cedência e depois de 2019. *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais* também compreende fotos e outras fontes iconográficas entremeadas aos estudos, é uma obra robusta e belíssima, com qualidade editorial refinada, a cargo da empresa Jorlis Edições.

Na introdução, o Professor Saul António Gomes aponta elementos que identificam o Mosteiro de Odivelas de maneira mais direta para o historiador e para a historiadora: trata-se de abadia feminina vinculada à Casa de Cister, fundada pelo rei D. Dinis (reinado:1279-1325), onde ele solicitou repousar e onde, de fato, seu esquife se encontra, casa que recebeu mulheres nobres, mas não só. O mosteiro de Odivelas não encerra sua importância no medievo, como o Prof. Saul evoca: o *Auto da Cananeia* de Gil Vicente (1465-1536) foi feito a pedido de D. Violante Cabral, abadessa em Odivelas (GOMES, 2021, p. 21). Podemos acrescentar que o Mosteiro de Odivelas é onde viveu a letrada Feliciano de Milão no século XVII; no século XVIII, é para a abadessa D. Luísa de Moura que a obra *Castália Métrica* é oferecida em 1737, pela sua atuação nas reformas do mosteiro, sobretudo as que se referiam ao sistema hidráulico. A *Castália Métrica* é um conjunto de poemas de que não se sabe ainda a autoria e, no Mosteiro de Odivelas, é possível contemplar a edição de 1737.

O primeiro estudo, intitulado “D. Dinis e a fundação do Mosteiro de Odivelas”, é também da autoria do Prof. Saul António Gomes. O autor enfrenta as fontes para elucidar as circunstâncias que confluíram para a edificação do mosteiro na região e abre a sua reflexão com a motivação literária elaborada por Fr. Francisco Brandão, na crônica protagonizada pelo rei trovador. Assim, D. Dinis teria fundado o mosteiro para cumprir uma promessa. Mas a transcrição do documento vai sendo submetida às suspeitas do investigador que abandona a versão da crônica e se alinha a uma historiografia que reconhece, em torno de 1290, a movimentação régia para uma nova fundação monástica em Odivelas. Embora na assembleia magna de Cîteau de 1294 não haja menção a qualquer autorização para a edificação de uma casa feminina em Odivelas, Saul António Gomes volta-se às circunstâncias internas, do reino português, para mapear os passos possíveis do projeto. Eles passam pela adesão dos bispos de Lisboa, pela simpatia por Cister, pela reputação dos cistercienses em geral em Portugal, pelo enriquecimento de Lisboa, pela proteção dionisina das casas femininas em particular e pelo protagonismo de exemplaridade da própria rainha Isabel. Mas a isso, o investigador acrescenta os caminhos da institucionalização dos movimentos religiosos das mulheres e o

incremento da austeridade dentro e fora de Portugal. O investigador alude também ao papel do Mosteiro de Alcobaça, que receberia autoridade sobre as monjas de Odivelas.

Saul António Gomes vai assinalando os capítulos de fundação e consolidação do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, em Odivelas, pelos documentos transcritos e traduzidos na segunda parte da obra. Assim, lemos os seus destaques à carta de fundação de 1295, os pedidos de abrandamento do rigor feitos pelas monjas, as concessões do rei nesse sentido, as doações, e lemos as etapas que o investigador compreende para a história medieval desse patrimônio; como exemplo disso é a assertiva de que “um novo ciclo de vida se abre em Odivelas, quando o rei, em 1318, afirma a sua vontade de vir a ser sepultado na igreja desta abadia” (GOMES, 2021, p. 44). Os desafios vivenciados nas disputas políticas do período impactam também o mosteiro, como o segundo e o terceiro testamentos de D. Dinis deixam entrever.

O investigador menciona presenças ilustres de quatrocentos no Mosteiro de Odivelas, para provar a continuidade da reputação da Casa, para além do reinado do rei que se engajou na sua fundação, e encerra o texto com a menção ao imaginário tão contrário aos dados funcionais reunidos no estudo.

O segundo estudo, intitulado “As abadessas e as monjas do Mosteiro de Odivelas no tempo de D. Dinis” é da autoria do Prof. Luís Miguel Rêpas, laureado em 2021 com o Prémio A. de Almeida Fernandes, pela sua tese *Esposas de Cristo. As comunidades cistercienses femininas na Idade Média*, defendida na Universidade de Coimbra, sob a orientação da Profa. Maria Helena da Cruz Coelho. Trata-se, portanto, de um investigador voltado às vivências religiosas medievais femininas. O texto de Luís Miguel Rêpas segue um duplo objetivo: em primeiro lugar, de maneira dialógica, levantar elementos que potencialmente teriam levado a alterações nas normas do Mosteiro de Odivelas e mostrar, por outro lado, como as normas filtraram e propuseram alterações nas vivências enclausuradas; em segundo lugar, o investigador nomeia abadessas e persegue traços de suas biografias em fontes que também estão transcritas e traduzidas na segunda parte da obra. Destaco os quadros das páginas 55 e 69, que compreendem as mulheres (abadessas, monjas e noviças) até 1325 e a inclusão de fontes iconográficas, analisadas pelo historiador.

Luís Miguel Rêpas se entrega ainda a discutir a identificação de indivíduos cujos traços da cultura material se encontram no mosteiro: é o caso, por exemplo, da identificação do outro túmulo com jacente que se encontra na Igreja do Mosteiro de Odivelas. Depois de analisar a impossibilidade de o túmulo ser de D. Maria Afonso, filha de D. Dinis, Luís Rêpas acompanha o juízo de Carla Varela Fernandes, de que o túmulo seria de um neto do rei trovador.

O texto ilumina muitas vidas de mulheres que passaram pelo Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, em Odivelas, em meio a sombras difíceis de serem aclaradas na documentação conhecida, e chega à definição de grupos sociais de onde elas foram recrutadas no século XIV: um primeiro grupo de ascendência nobre, cerca de um terço; um segundo grupo cuja família não se identifica, mas que tem em comum o fato de “possuírem pequenas propriedades dentro ou no termo da cidade de Lisboa” (RÊPAS, 2021, p. 75) e um terceiro grupo “de menor expressividade – integrava algumas famílias de letrados ou de oficiais régios” (RÊPAS, 2021, p. 75). Assim, ainda que fundado por rei e protegido por ele, o Mosteiro de Odivelas, no século XIV, não teria atraído particularmente, segundo o investigador, mulheres da alta nobreza, mas sim as filhas de Lisboa: da burguesia, dos ofícios régios, municipais e da pequena nobreza ligada à cidade.

O terceiro estudo, intitulado “A Composição do património fundacional do Mosteiro de Odivelas e a sua gestão”, é da autoria do investigador João Fresco. Nesse texto, a leitora e o leitor adquirem conhecimento das condições materiais para a fundação e para a consolidação dessa Casa monástica, cujo patrimônio até a morte da rainha Isabel (esposa de D. Dinis) pelo menos foi formado “quase exclusivamente através de doações régias” (FRESCO, 2021, p. 79). A documentação refere um paço primordial onde as primeiras mulheres se estabeleceram, ao que o monarca acrescentou outras propriedades, em diferentes momentos. O investigador ressalta que a consolidação do mosteiro deveria levar em conta a necessidade do isolamento.

João Fresco alude a diálogos muito interessantes entre as abadessas do Mosteiro de Odivelas e o rei, cujo móbil é a queixa delas em relação ao que fora definido para o mosteiro. Um exemplo disso se situa entre 1309 e 1310: o rei confirma que cabe à abadessa o direito de arrendar as propriedades da Igreja de São Julião de Santarém. Por que o rei tem necessidade de confirmar isso? Porque a abadessa se queixara de que alguns, sem seu mandado e

consentimento, haviam arrendado as ditas terras (FRESCO, 2021, p. 87). O investigador traz para o texto exemplos da interferência do monarca para confirmar e garantir direitos frente ao que claramente se constituía em desrespeito e abuso no que se referia ao que fora concedido ao mosteiro. Nessa questão, fica clara a assertividade das abadessas.

O investigador mostra que as doações ao Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, em Odivelas, conheciam hiatos de anos, mas que o rei sempre voltava a prestigiar a Casa que fundou. 1318 é um ano que marca a volta da atenção do monarca, depois de seis anos sem concessões. Mas nesse ano em específico é possível verificar que o rei foi bastante generoso ao longo de vários meses e que continuou pródigo em 1319, quando permite, por exemplo, que a abadia possa comprar propriedades ao longo de dez anos (FRESCO, 2021, p. 93). O último testamento do rei, com a decisão consolidada de fazer do Mosteiro de Odivelas sua última morada, abre novas doações.

Na última parte do texto, o investigador leva as leitoras e os leitores à discussão da gestão do patrimônio do Mosteiro, realçando um dado que fora levantado no texto de Luís Miguel Rêpas: o de que as abadessas de Odivelas muitas vezes provinham de outros mosteiros e, portanto, chegavam a São Dinis e São Bernardo com experiência de gestão. Uma prova dessa experiência é apontada por João Fresco quando refere a compra de propriedades e a “estratégia de aquisição patrimonial por parte da abadia” (FRESCO, 2021, p. 98).

Os textos dos três pesquisadores conversam uns com os outros. Então, não se trata de uma obra em que se juntaram estudos independentes sobre o mesmo tema, que têm em comum esse mesmo tema e a obra em que os estudos foram integrados tão somente. Os capítulos fazem referências internas, o que significa que seus pesquisadores discutiram, leram-se. O leitor e a leitora leem esse diálogo em referências explícitas, os textos complementam-se: conversam entre eles e com a documentação. Uma mesma fonte leva investigadores diferentes a conclusões complementares, nunca contraditórias. O diálogo interno é um mérito da obra.

A segunda e a terceira parte da obra têm um valor inestimável para os medievalistas que estão longe dos arquivos físicos. E parece que a equipe tinha consciência disso, pois o subtítulo da obra destaca os documentos (*Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais*). Destaco a declaração do Prof. Saul António Gomes: foram transcritos e traduzidos “todos os

documentos régios de D. Dinis, conhecidos até ao momento, relativos à fundação e institucionalização da abadia cisterciense”. Quais são os documentos que foram transcritos e traduzidos na 2ª parte? Para uma resenha escrita no Brasil, especialmente para brasileiras e brasileiros, importa discriminar quais são eles:

1. Carta do abade e capítulo geral de Cister ao rei D. Dinis para que o abade de Alcobaça assumisse a instituição canônica do Mosteiro de Odivelas, de setembro de 1295 – documento 1;
2. O bispo de Lisboa acolhe a fundação do Mosteiro, de 27 de fevereiro de 1295 – documento 2;
3. D. Dinis confirma dote e arras ao mosteiro, de 23 de março de 1295 – documento 3;
4. D. Dinis confirma a fundação do mosteiro e doa a Igreja de Santo Estêvão de Alenquer, de 23 de março de 1295 – documento 4;
5. D. Dinis concede o privilégio de o mosteiro herdar os bens das monjas – documento 5;
6. Testamento de D. Dinis, de 8 de abril de 1299 – documento 6;
7. Doação de D. Dinis do foro de todo o pão meado que lhe pagavam o casal Domingo de Gaia e Maria Anes, de 26 de outubro de 1300 – documento 7;
8. Cartas de reforma de regras da clausura, de julho de 1306 – documento 8;
9. Doação de D. Dinis, de vinha, olival, campos e outras várias pequenas propriedades, de 5 de agosto de 1306 – documento 9;
10. Doação de herdamento, da parte de D. Dinis, de 24 de agosto 1306 – documento 10;
11. Cartas referentes a doações, de agosto de 1306 – documento 11;
12. D. Dinis toma o mosteiro sob sua proteção, gentes e bens, de 2 de setembro de 1306 – documento 12;
13. Carta de proteção de D. Dinis ao Mosteiro, sobre bens, de 3 de setembro de 1306 – documento 13;

14. Carta de isenção de D. Dinis aos homens que lavravam as terras do Mosteiro, de 21 de setembro de 1306 – documento 14;
15. Atribuição de dízimas, de 7 de outubro de 1306 – documento 15;
16. D. Dinis lembra (e ordena que se respeitem) privilégios do mosteiro, de 2 de outubro de 1307 – documento 16;
17. Concessão de cem dias de indulgências aos visitantes do mosteiro nas festas de Santa Maria e São Dinis, pelo Papa Clemente V, de 28 de abril de 1308 – documento 17;
18. D. Dinis ordena respeito aos direitos concedidos ao mosteiro, de 10 de março de 1309 – documento 18;
19. D. Dinis sanciona acordo para entrega de renda ao mosteiro, de 20 de junho de 1309 – documento 19;
20. D. Dinis concede privilégios a lavradores a serviço do mosteiro, de 24 de maio de 1310 – documento 20;
21. Doação de herdamento por parte de D. Dinis, de 18 de novembro de 1310 – documento 21;
22. Concessão de um ano de indulgências aos visitantes do mosteiro nas festas de Santa Maria e São Dinis, e mais outras graças, pelo Papa João XXII, de 15 de julho de 1312 – documento 22;
23. Concessão de privilégios eclesiásticos (os mesmos de Alcobaça) às monjas por parte de João XXII, de 15 de julho de 1312 – documento 23;
24. Doação de marinha de sal ao mosteiro, da parte de D. Dinis, de 15 de agosto de 1312 – documento 24;
25. Testamento da rainha Isabel, de 19 de abril de 1319 – documento 25;
26. Doação de D. Dinis, de 4 de maio de 1318 – documento 26;
27. Carta e compromisso da instituição da capela funerária do rei, de 1º de outubro de 1318 – documento 27;
28. Doação de D. Dinis, de 1º de outubro de 1318 – documento 28;

29. Doação de D. Dinis, de 5 de outubro de 1318 – documento 29;
30. Anuência do Bispo e do cabido de Lisboa à doação do rei ao mosteiro de Odivelas, de 9 de outubro de 1318 – documento 30;
31. Carta do rei D. Dinis com lembrança de doações e pedido à abadessa de Odivelas para que ponha juiz no local (Algés), de 2 de novembro de 1318 – documento 31;
32. Mais concessões de indulgências e perdões aos visitantes de Odivelas, pelo Papa João XXII, de 27 de fevereiro de 1319 – documento 32;
33. A abadessa D. Urraca Pais e a comunidade monacal comprometem-se com a estrita clausura, de 6 de setembro de 1319 – documento 33;
34. Autorização do rei D. Dinis para o Mosteiro adquirir bens, de 9 de setembro de 1319 – documento 34;
35. D. Dinis louva os votos de clausura rigorosa, mas solicita que nenhuma barreira física impeça as monjas de rezarem junto aos túmulos régios, de 10 de setembro de 1319 – documento 35;
36. Testamento de D. Dinis no qual expressa o desejo de ser sepultado no Mosteiro de Odivelas, de 20 de junho de 1322 – documento 36;
37. D. Dinis defende que ninguém possa pousar em terras do Mosteiro sem autorização da abadessa, de 21 de abril de 1324 – documento 37;
38. Doação de D. Dinis, de 24 de novembro de 1324 – documento 38;
39. Último testamento de D. Dinis, de 31 de dezembro de 1324 – documento 39;
40. Último testamento da rainha Isabel, de 22 de dezembro de 1327 – documento 40.

A equipe ainda juntou outros documentos que envolvem o Mosteiro: a venda de patrimônio ao rei para a constituição do patrimônio do Mosteiro de São Dinis e São Bernardo, em Odivelas; instituição de capela e lançamento da pedra da fundação do Mosteiro.

A qualidade dos fac-símiles na última parte da obra permite ao leitor e à leitora treinados em paleografia exercitar leituras em uma obra belíssima e impecável. É preciso destacar que o Mosteiro de Odivelas ficou fechado alguns anos, depois de a escola para meninas que funcionava em suas dependências ter sido transferida para outro local. Aos

poucos e com a cedência de sua gestão ao município, ele acolhe pesquisa e começa a receber visitantes: turistas e investigadores⁴. Essa relação entre municipalidade e seu patrimônio histórico, com vistas a fomentar a pesquisa e a valorização desse patrimônio, é alguma coisa a ser aprendida e exercitada. Está além de políticos efêmeros, é um compromisso cidadão que merece visibilidade. A obra *Mosteiro de Odivelas: documentos fundacionais* ajuda a edificar um interesse renovado pelo Mosteiro que o rei D. Dinis distinguiu com sua particular afeição e que nos acolhe finalmente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GOMES, S. A. (COORD.). MOSTEIRO DE ODIVELAS: DOCUMENTOS FUNDACIONAIS, 1295-1325. TEXTOS HISTÓRICOS E TRANSCR. PALEOGRÁFICAS JOÃO FRESCO; LUÍS MIGUEL RÊPAS; SAUL ANTÓNIO GOMES. ODIVELAS: CÂMARA MUNICIPAL DE ODIVELAS, 2021. 303 P. IL.

⁴ Gostaria de registrar um agradecimento especial à Dra. Joana Varge, do Grupo de Trabalho para a Criação do Centro Interpretativo do Mosteiro de Odivelas (CIMO), que realizou uma visita guiada exclusiva para mim no Mosteiro de Odivelas, em 23 de janeiro de 2024.